Definição de justificação

digg

Verifica-se que a Justificação não é um ato judicial. Não há paralelo entre a justiça dos tribunais humanos e a justiça de Deus. A Justificação é proveniente de um ato criativo de Deus, mediante o qual é gerado o novo homem, segundo Deus em verdadeira justiça e santidade (Ef 4:24). A justificação não é ato judicial, pois mesmo em um tribunal humano o culpado não pode ser declarado inocente.

A **JUSTIFICAÇÃO** bíblica diz da nova condição pertinente àqueles que crêem (descansam) em Cristo mediante a verdade do evangelho (fé), como resultado de um ato criativo de DEUS, sendo que o homem gerado em Adão, culpável diante de Deus, após morrer com Cristo é novamente criado (feito) um novo homem justo, livre de culpa e de castigo.

É de conhecimento que as palavras 'justificado' e 'justiça' são traduções de palavras gregas semelhantes (verbo dikaioo, tornar, declarar justo, justificar; substantivo, dikaiosune, justiça; adjetivo, dikaios, justo). Quando Deus justifica o homem, Ele cria um novo homem justo, ou seja, o homem é tornado justo, declarado justo e reto.
Um ato judicial ou ato de clemência nunca estabeleceria a condição de justo (inocência) que é pertinente a nova criatura. O novo homem gerado em Cristo é declarado justo por ser inocente, ou seja, o novo homem é filho da Obediência, o que contrasta com a sua antiga condição: culpável, condenável, filho da ira e da desobediência.

Para muitos teólogos, e dentre eles destacamos E. H. Bancroft, a justificação é 'o ato judicial de Deus, mediante o qual aquele que deposita sua confiança em Cristo é declarado justo a Seus olhos, e livre de toda culpa e punição' Bancroft, Emery H., Teologia Elementar, 3º Ed, 1960, Décima Impressão, 2001, Editora Batista Regular, Pág 255.

Para Scofield, embora justificado, o crente ainda é pecador. Deus o trata como sendo justo, porém, isto não significa que Deus torne alguém justo "A Justificação é um ato de reconhecimento divino e não significa tornar uma pessoa justa" Scofield, C. I., Bíblia Scofield com Referências, Romanos 3: 28.

Verifica-se que a Justificação não é um ato judicial. Não há paralelo entre a justiça dos tribunais humanos e a justiça de Deus. A Justificação é proveniente de um ato criativo de Deus, mediante o qual é gerado o novo homem, segundo Deus em verdadeira justiça e santidade (Ef 4:24). A justificação não é ato judicial, pois mesmo em um tribunal humano o culpado não pode ser declarado inocente.

A justificação é mediante a verdade do evangelho, ou seja, por meio da fé (evangelho) que uma vez foi dada aos santos. Não é a 'fé' que o homem deposita em Deus que o justifica, antes, a justificação é proveniente da 'mensagem do evangelho' que contém o poder que concede vida ao novo homem.

Tal poder é concedido aos que crêem (fé), ou seja, que descansam em Cristo, Aquele que tem poder para

fazer dos filhos de Adão, filhos para Si (Jo 1:12 -13). É por isso que Paulo diz que a justiça de Deus é de 'fé em fé'.

Para Scofield, Deus não torna uma pessoa justa, antes só a reconhece e trata como sendo justa. Ora, a palavra traduzida por justificação é fazer, tornar, declarar justo, e ao criar o novo homem em Cristo, Deus faz nova todas as coisas. Em Cristo surge um novo homem, com uma nova condição e para um novo tempo!

O novo homem é criado em verdadeira justiça e santidade, e, portanto, a declaração que Deus faz recai sobre a nova criatura, nunca sobre o velho homem gerado em Adão. Deus não é o homem para que minta. Ele não declara falsidades. Somente os justos são declarados justos. Caso Deus reconhecesse e declarasse uma pessoa justa, embora não fosse, não seria verdadeiro.

Porém, sabemos que Deus é verdadeiro: "Para que por duas coisas imutáveis, nas quais é impossível que Deus minta, tenhamos a firme consolação, nós, os que pomos o nosso refúgio em reter a esperança proposta" (Hb 6:18).

Louis Berkhof em sua Teologia Sistemática define a justificação como sendo ato judicial, o que difere das considerações acima: "A justificação é um ato judicial de Deus, no qual Ele declara, com base na justiça de Jesus Cristo, que todas as reivindicações da lei [tanto em termos daquilo que a Lei exige de nós na forma da obediência positiva quanto do julgamento do pecador quanto à condenação e morte] são satisfeitas com vistas ao pecador".

Para saber mais, leia os artigos sobre a Justificação.